

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	26
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	27
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Política de Gerenciamento de Riscos

Gerenciamento de Riscos

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos provável, possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 26.3 das notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Companhia se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos:

- (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas,
- (ii) (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de hedge para operações de curto prazo.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	9.585	6,4109%	8,0137%	154	9,6164%	307
IPCA	-	2,5692%	3,2115%	-	3,8538%	-
TJLP	5.568	6,7225%	8,4031%	94	10,0838%	187
TR	283	0,5967%	0,7459%	0	0,8951%	1
Peso Argentina	914	0,1029	0,1286	24	0,1544	47
Peso Chileno	621	0,0056	0,0070	1	0,0084	2
Fornecedor	5.850	3,6568	4,5710	5.348	5,4852	10.696
Clientes	2.414	3,6568	4,5710	2.207	5,4852	4.414
	25.235			7.828		15.654

Cenário adverso possível (a) Cenário adverso remoto (b)

- i. O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- ii. O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Classificação por categoria		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	2.866	1.274	8.902	7.101
		2.866	1.274	8.902	7.101
Aplicações financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	2.660	5.545	2.660	5.545
		2.660	5.545	2.660	5.545
Contas a receber clientes					
	Empréstimos e recebíveis	49.506	47.978	55.726	57.734
		49.506	47.978	55.726	57.734
Partes relacionadas					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	49.362	43.011	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	(1.667)	(1.519)	-	-
		47.695	41.492	-	-
Fornecedores					
	Outros passivos financeiros	12.116	10.837	19.890	19.883
		12.116	10.837	19.890	19.883
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	1.535	11.451
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	62.858	91.974	62.858	91.974
		62.858	91.974	64.393	103.425
Debêntures					
	Outros passivos financeiros	370	2.097	370	2.097
		370	2.097	370	2.097

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

c.1. Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior.

Em 31 de dezembro 2018, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**c.2. Indicadores de inadimplência**

Valores em R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Faturamento Bruto	255.971	248.854	287.758	302.012
Títulos vencidos	12.662	9.593	13.023	10.569
	4,9%	3,9%	4,5%	3,5%

(i) *Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.*

(ii) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

					Consolidado
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Circulante					
Fornecedores	19.890	-	-	-	19.890
Empréstimos e financiamentos	50.317	8.645	4.503	928	64.393
Debêntures	370	-	-	-	370
	70.577	8.645	4.503	928	84.653

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, monitorando os riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional adicional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Diretoria financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Descrição – Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigí-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. O sistema de controle interno da companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

A Administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios internos, sem identificação de deficiências significativas.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas Demonstrações Financeiras conta com o suporte da Gerência de contabilidade para elaboração, garantindo a adoção de boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de contabilidade é responsável pela revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos de controles internos e/ou deficiências no exercício é reportado por meio de relatório ao Diretor Presidente e ao Presidente do Conselho de Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas periodicamente pelos Diretores. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção de ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo do sistema contábil e dos controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, auditados pelo nossos auditores externo, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

Na carta de recomendações sobre os controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 emitida por nossos auditores externos, não apresentam deficiências ou recomendações significativas que possam impactar as demonstrações financeiras.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

De acordo com a avaliação da administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras e estão sendo adotadas medidas para implementar tais recomendações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O respeito às leis locais é uma obrigação irrevogável de todos os que trabalham na e para a Companhia. A estrutura de governança corporativa da Companhia consiste numa aplicação de práticas para a administração da empresa, decorrentes de relacionamentos que expressem elevado padrão ético e moral. A Companhia possui um código de ética para todos os gestores, colaboradores, fornecedores e parceiros que norteiam seu comportamento.

- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

As diretrizes estabelecidas pelo código de ética serão supervisionadas por um comitê composto por, no mínimo, três membros, sendo um da diretoria, um do RH e um do Jurídico, que são indicados pelo Diretor Presidente. Cabe a esse comitê analisar as questões divergentes e/ou cujas diretrizes não estiverem previstas no código, bem como parecer e recomendar ações e decisões nos casos que envolvam essa matéria.

- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O comitê é indicação do Diretor Presidente para aprovação formal do Conselho de Administração.

- iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A companhia possui código de ética com o compromisso assinado para todos os colaboradores, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Abrange os membros dos conselhos de administração, fiscal, das diretorias executivas, os empregados, trainees, estagiários e prestadores de serviços individuais da Companhia, sociedades controladas, coligadas e associadas e sob o mesmo controle, direta ou indiretamente.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Anualmente há um evento para difundir o código de ética

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O descumprimento implica na adoção de medidas disciplinares, segundo a legislação e as normas da Companhia

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Aprovação pelo Conselho de Administração em Junho de 2012. Para informações adicionais na intranet www.cambuci.com.br/intranet ou na internet www.cambuci.com.br/investidores

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Interno

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Recebe denúncias de terceiros

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Cabe ao comitê analisar as questões éticas

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

N/A

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido” (NR)**

N/A

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 – Alterações significativas**

A Companhia não teve alterações significativas nos principais riscos a que está exposta ou na política de riscos adotada durante o último exercício social. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 – Outras informações relevantes

Não aplicável, uma vez que todas as informações relevantes foram fornecidas nos demais itens.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Condições financeiras / Patrimoniais

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio.

Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

CONSOLIDADO	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	Varição percentual 31/12/2018 x 31/12/2017	Varição percentual 31/12/2017 x 31/12/2016	Varição percentual 31/12/2016 x 31/12/2015
Patrimônio Líquido	24.102	6.719	(36.339)	(366)	258,7%	-118,5%	9828,7%
Ativo Total	214.940	221.653	224.018	269.473	-3,0%	-1,1%	-16,9%
Receita Líquida	247.489	259.464	276.389	285.919	-4,6%	-6,1%	-3,3%
Resultado Bruto	101.005	102.614	105.114	115.538	-1,6%	-2,4%	-9,0%
Resultado Líquido	16.650	44.774	(33.388)	(27.450)	-62,8%	-234,1%	21,6%

Em 31 de dezembro de 2018, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 20.226 (R\$ 40.895 em 31 de dezembro de 2017), principalmente pelos seus empréstimos, financiamentos e obrigações tributárias de curto prazo e um patrimônio líquido em R\$ 24.102 (R\$ 6.719 em 31 de dezembro de 2017).

O exercício de 2018 registrou um lucro líquido sem os eventos não recorrentes bem melhor quando comparado com o mesmo período de 2017!

Este resultado positivo foi gerado principalmente pela melhoria da margem, resultante da redução considerável dos estoques e redução nos gastos com vendas e administração, refletindo assim, diretamente, os efeitos benéficos das ações gerenciais da administração da Companhia e, da mesma forma, o resultado também registra uma melhoria significativa nas despesas financeiras, resultante das negociações do endividamento bancário e da redução do passivo tributário.

Em relação às nossas operações na Argentina, houve uma forte desvalorização cambial de sua moeda e uma elevação nas taxas de juros e inflação, e os reflexos desses contextos acabaram afetando diretamente os resultados da Companhia. No período, efetivamos a reestruturação da administração local e continuamos realizando ações mercadológicas com o objetivo de reduzir os níveis dos estoques naquela subsidiária e melhorando a margem bruta. Desta forma, esperamos propiciar melhores condições de atuação naquele mercado, minimizando os efeitos econômicos negativos ora vivenciados, buscando com isso, evidentemente, reverter no curto prazo, os últimos resultados insatisfatórios lá gerados.

A Administração da Companhia continuará atuando em 2019 fortemente na constante busca de controlar e reduzir as despesas e os custos, melhorar a margem bruta, na melhoria das condições de comercialização, no desenvolvimento de produtos sempre alinhados às expectativas dos consumidores, com um maior valor agregado, para assim gerar crescentes condições de preservar e ampliar os níveis das receitas e rentabilidade, mesmo considerando as ainda presentes oscilações e incertezas do cenário econômico nacional; seguimos focados em nosso propósito de especial atenção na gestão dos resultados com orientação rigorosa nos controles dos gastos e investimentos. Nos mantemos firmes no acompanhamento e com conservadorismo nos nossos planejamentos de vendas de produção, de rentabilidade e de geração de caixa. Continuamos atentos aos custos e as oportunidades de mercado; da mesma forma na redução dos custos financeiros, incluindo as tratativas para melhorias no perfil das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dívidas bancárias em geral, buscando quando necessário captar recursos financeiros com estruturas mais alinhadas a essas estratégias e ao esperado melhor ambiente econômico nacional.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**(i) hipóteses de resgate**

Não aplicável.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$ 11.562.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes. (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento da companhia apresentava a seguinte composição:

EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

(a) Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 5.568 correspondem a 72 parcelas.

(b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

(c) Operações em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2018 não há na Controladora operações de financiamento em moeda estrangeira.

(d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

(e) Garantias

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado na Nota 20 das demonstrações financeiras publicadas em 31 de dezembro de 2018.

(f) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

DEBÊNTURES (emissões públicas não conversíveis em ações)

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia renegociou os termos das debêntures da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais conforme mencionado na Nota 25 das demonstrações financeiras.

- ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de Longo Prazo com instituições financeiras.

- iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há subordinação entre dívidas da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos citados possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava utilizando 95%, aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras. Todos os contratos possuem garantias calçadas em duplicatas mercantis.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes". Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (vide nota explicativa 29 – Receitas e despesas financeiras, líquidas). No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- A demonstração de resultados do ano de 2017, do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 29 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior, isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio.

Os impactos nos ativos e passivos líquidos da aplicação da norma na controlada Penalty Argentina em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 3.701.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2018 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,1027 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste negativo de - R\$ 2.866 no lucro líquido.

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 8).

j) Contas a receber de clientes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16.2 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17.

o) Redução ao valor recuperável - Impairment**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC's" ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única "UGC" para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 24.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

w) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasings financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 16.2. A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

Considerações sobre as Principais Contas do Ativo**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	48	41	70	61
Bancos conta movimento	2.818	1.233	8.832	7.040
Aplicações financeiras	2.660	5.545	2.660	5.545
	5.526	6.819	11.562	12.646

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber no Brasil	56.034	54.780	64.805	67.275
Contas a receber no Exterior	2.414	2.407	2.871	2.680
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(8.942)	(9.209)	(11.950)	(12.221)
	49.506	47.978	55.726	57.734

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado no item 1.12.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.250	1.738	2.785	3.318
De 31 a 120 dias	1.025	860	1.657	1.434
De 121 a 180 dias	633	1.015	703	1.416
A partir de 181 dias	8.504	7.718	10.663	7.719
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(8.942)	(9.209)	(11.950)	(12.221)
Total dos títulos vencidos - terceiros	2.470	2.122	3.858	1.666
Títulos a vencer - terceiros	47.036	45.856	51.868	56.068
Total da carteira de clientes - terceiros	49.506	47.978	55.726	57.734

ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	22.050	23.563	28.291	36.290
Importação em andamento	2.319	1.476	2.319	1.476
Produtos em elaboração	645	830	645	830
Matérias-primas	5.520	5.988	6.503	8.897
	30.534	31.857	37.758	47.493

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Cambuci é composta pelas vendas no mercado interno, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações na América do Sul, além das exportações. A Cambuci goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício de 2018 foi de R\$ 20.155 mil. Em 2017, a subvenção foi de R\$ 20.146 mil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em relação às nossas operações na Argentina, houve uma forte desvalorização cambial de sua moeda e uma elevação nas taxas de juros e inflação, e os reflexos desses contextos acabaram afetando diretamente os resultados da Companhia. No período, efetivamos a reestruturação da administração local e continuamos realizando ações mercadológicas com o objetivo de reduzir os níveis dos estoques naquela subsidiária e melhorando a margem bruta. Desta forma, esperamos propiciar melhores condições de atuação naquele mercado, minimizando os efeitos econômicos negativos ora vivenciados, buscando com isso, evidentemente, reverter no curto prazo, os últimos resultados insatisfatórios lá gerados.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

No acumulado do exercício, tivemos uma redução na receita líquida de -4,6%, sendo que no Brasil tivemos um aumento de 2,7% comparado ao mesmo exercício de 2017.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

A inflação tem impacto nos negócios da Cambuci, uma vez que alguns dos insumos, serviços e despesas operacionais são denominados em reais.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos e mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 – Efeito relevantes nas DFs****10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados****a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período.

c) eventos ou operações não usuais

Foram considerados como eventos não recorrentes em 2018, os ganhos com a negociação dos empréstimos bancários no montante de R\$ 2,8MM.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****Comentários dos diretores sobre:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Vide nota explicativa 6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Os impactos nos ativos e passivos líquidos da aplicação da norma na controlada Penalty Argentina em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 3.701.

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2018 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,1027 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste negativo de -R\$ 2.866 no lucro líquido.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos Auditores Independentes não contém ressalvas. Há uma ênfase sobre a Continuidade das operações da Companhia Controlada na Argentina:

As demonstrações contábeis da controlada Penalty Argentina foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios. Entretanto, a controlada vem apresentando prejuízos sucessivos no decorrer dos últimos exercícios, sendo que em 31 de dezembro de 2018, o mesmo totalizou o montante de R\$ 14.537 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico, financeiro, operacional e à melhoria da geração de fluxos de caixa, vem tomando diversas medidas, conforme mencionado na nota explicativa no 1, e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, ao longo dos próximos exercícios. As demonstrações contábeis da controlada Penalty Argentina não incluem ajustes decorrentes dessas incertezas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Estimativas e julgamentos críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado nota 16.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas nota 24, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares nota 26.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

Provisões e passivos contingentes

A Administração da Cambuci, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 25).

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial**

A Companhia não possui ativos ou passivos relevantes que não estejam refletidos neste documento e nas demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

A Administração deve indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Cambuci continua investindo na sua expansão internacional através de sua subsidiária na Argentina.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A empresa pretende utilizar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O portfólio de produtos das marcas da Cambuci apresentado em 2018 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de design e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a bureaus globais. Cerca de 2% do faturamento líquido é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos Penalty e Stadium.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do seu portfólio:

- Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal, testada e aprovada por atletas profissionais, oferece conforto, leveza, durabilidade e contém tecnologias que auxiliam uma melhor performance. Além dos calçados a linha conta também com bolas, meião e acessórios.

- Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro. Linha composta por calçados, bolas, meião, e equipamentos.

- Linha SOCIETY SE7E desenvolvida pela Penalty é a escolha perfeita para os craques que prezam por qualidade em gramados artificiais. Presente com bolas e calçados, os quais tem cabedal em tecido EOS-NIT de alta performance para leveza, conforto e resistência, possui construção LOCKER, bota complemento do cabedal construída a base de elastano de alta resistência, proporcionando melhor calce, com vista lacrada que impossibilita a entrada de borrachinhas da quadra. A palmilha em PU apresenta furos estratégicos que permitem troca de calor na região plantar dos pés.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Bola Oficial de Vôlei Pró –certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.
- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, está presente também nas chuteiras da linha profissional Max e SE7E. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.
- EOS-NIT: tecido de alta performance que proporciona maciez, leveza e conforto. – Utilizado somente em calçados PRO/SEMI PRO.
- Meião Kanguru – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.
- Tecnologia Polipró – meções mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.
- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.
- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.
- Kick Off - A Penalty desenvolveu uma tecnologia exclusiva para as bolas de futebol society. A tecnologia Kick Off oferece mais precisão em passes e chutes, menos quique e melhor controle para o jogador.
- Câmara 6D - Câmara de bolas com sistema inovador de balanceamento, composto por 6 discos posicionados simetricamente, proporcionando equilíbrio total para a bola. Construída a base de borracha butílica e estrutura de anéis, que a deixam muito mais esférica.
- Câmara Airbility - Câmara de bolas feita com borracha butílica, possui sistema de balanceamento, com ótima resistência à retenção de ar.
- Duotec - Os gomos de bolas passam por uma aplicação adesiva e são costurados à mão. A ativação do adesivo em alta temperatura, faz com que a evidência das costuras seja minimizada. Menor absorção de água e maior durabilidade.
- Ultra Fusion - Tecnologia de termo fusão de bolas que elimina as costuras garantindo menor absorção de água, proporcionando melhor esfericidade e durabilidade.
- Cápsula Sis - Novo sistema de bico de bolas que envolve a agulha e protege a câmara de ar. Não precisa de lubrificação e pode ser substituído.
- Ecoknit - Tecido confeccionado com garrafas PET recicladas. Cada unidade de bola produzida retira do meio ambiente 4½ garrafas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Aracnum – Presente em confecção, calçados e luvas, é uma tecnologia aplicada em regiões estratégicas dos produtos Penalty para garantir mais grip e aderência com a bola.

- Double Action - Tecnologia presente nas bombas Penalty, que infla a bola nos dois sentidos, exigindo menos esforço. Reduz o tempo para inflar em cerca de 50%.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.